

Relatório de Gestão

Ano 2017



Município de Aljezur

INDICE

1. Introdução	2
1.1 Nota Prévia.....	2
2. Execução Global do Orçamento	3
2.1 Comparação entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado	3
2.2 Equilíbrio Orçamental.....	5
2.3 Fluxos de Caixa: Saldo Final da Gerência de 2017	6
3. Contas Extraorçamentais	7
3.1 Conta de Operações de Tesouraria.....	7
3.2 Contas de Ordem.....	7
4 Processo Orçamental.....	8
4.1 Execução Orçamental da Receita.....	8
4.1.1 Receitas Correntes/Capital.....	8
4.1.2 Receita Virtual	9
4.1.3 – Transferências Obtidas	10
4.2 Execução Orçamental da Despesa	11
4.2.1 Enquadramento	11
4.2.2 Despesas Correntes.....	12
4.2.3 Despesas de Capital	13
4.2.4 Despesas Realizadas e Não Pagas	13
4.3 Análise das Grandes Opções do Plano.....	14
4.4 Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoios Concedidos pela Autarquia.....	15
4.4.1 Enquadramento	15
4.4.2 Transferências por classificação económica.....	15
4.5 Dívida do Município	17
4.5.1 Análise da Dívida Direta do Município – Médio/Longo Prazo	17
4.5.2 Endividamento Municipal.....	17
5. Desempenho Económico - Financeiro.....	18
5.1 Análise da Estrutura do Balanço	18
5.2 Análise da Demonstração de Resultados	21
5.2.1 Demonstração de Resultados:.....	21
5.2.2-Análise da Contabilidade de Custos:.....	22
5.2.3 Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício	23
5.2.4- Factos relevantes ocorridos após o termo do Exercício.....	23

1 INTRODUÇÃO

Nota Prévia

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2017, para que seja apreciado pelo Órgão Deliberativo, correspondente à Conta Anual da Autarquia.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- a) Explicar os níveis de execução conseguidos, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira Municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e de tesouraria;
- b) Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- c) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando, o balanço final de 2017 e a demonstração de resultados.

O Orçamento da Autarquia para 2017, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 84-A/2002 de 05-04

Assim, e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documento de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa;
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita;
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimento;
- d) Mapa de execução Anual das Atividades Mais relevantes;
- e) Mapa de Fluxos de Caixa;
- f) Mapa de Operações de Tesouraria;
- g) Balanço do Ano de 2017;
- h) Demonstração de Resultados de 2017;
- i) Anexos às Demonstrações Financeiras;
- j) Relatório de Gestão.

Relativamente às condições em que se desenvolveu e executou o Orçamento de 2017, anota-se que, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, reportada à Conta que agora se apresenta, como se executaram todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilistas fixadas nos diplomas legais.

2. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

2.1 Comparação entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado

1 - A comparação entre o Orçamento Inicial, Final e executado, permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentados e da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadadas.

Comparando os valores previstos no Orçamento Inicial e Final, com os montantes executados da Receita e Despesa, obtêm-se as variações em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita mais do que previsto de 101,38% e uma taxa de execução de despesa de 87,69%.

Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (a)	Final (b)		(b)-(a)	(c)-(b)	
Receitas						
Correntes	9.347.239,00 €	9.347.239,00 €	9.679.917,79 €	- €	332.678,79 €	103,56
Capital	2.294.432,00 €	765.682,00 €	580.400,27 €	- 1.528.750,00 €	-185.281,73 €	75,80
S.Gerencia		1.037.540,00 €	1.037.540,00 €			
Out Receitas		500,00 €	6.705,52 €	500,00 €	6.205,52 €	1341,10
Total.....	11.641.671,00 €	11.150.961,00 €	11.304.563,58 €	- 1.528.250,00 €	153.602,58 €	101,38
Despesas						
Correntes	8.172.195,00 €	8.528.670,00 €	7.760.867,35 €	356.475,00 €	-767.802,65 €	91,00
Capital	3.469.476,00 €	2.622.291,00 €	2.017.378,65 €	- 847.185,00 €	-604.912,35 €	76,93
Total.....	11.641.671,00 €	11.150.961,00 €	9.778.246,00 €	- 490.710,00 €	-1.372.715,00 €	87,69

Estes rácios traduzem uma elevada capacidade de realização das atividades programadas, tanto mais que a taxa referente à realização das despesas é calculada com base nos compromissos efetivamente realizados e pagos.

O Orçamento Inicial da Receita para 2017 foi aprovado com uma previsão de receitas no montante de 11.641.671,00€.

2 - A receita liquidada totalizou 10.380.530,91€ e a Cobrada Liquida 10.267.023,58€.

Atendendo a que existia receita por cobrar, no início da gerência no valor de 110.639,36€ e houve anulação de receita no valor de 41.519,15€ e reembolsos e restituições no valor de 52.916,93€, resultou desta situação receitas por cobrar no final do exercício de 2017, no valor de 129.710,61€.

Assim sendo o valor de €25.186,55 é referente a processos de Execuções Fiscais, o valor de €20.350,90 é receita debitada ao tesoureiro e o restante valor de €63.822,26 é receita liquidada no exercício de 2017 e que se encontra no prazo normal de cobrança, a qual ira ser cobrada no exercício de 2018.

3 - Principais fontes de Receita no Ano de 2017:

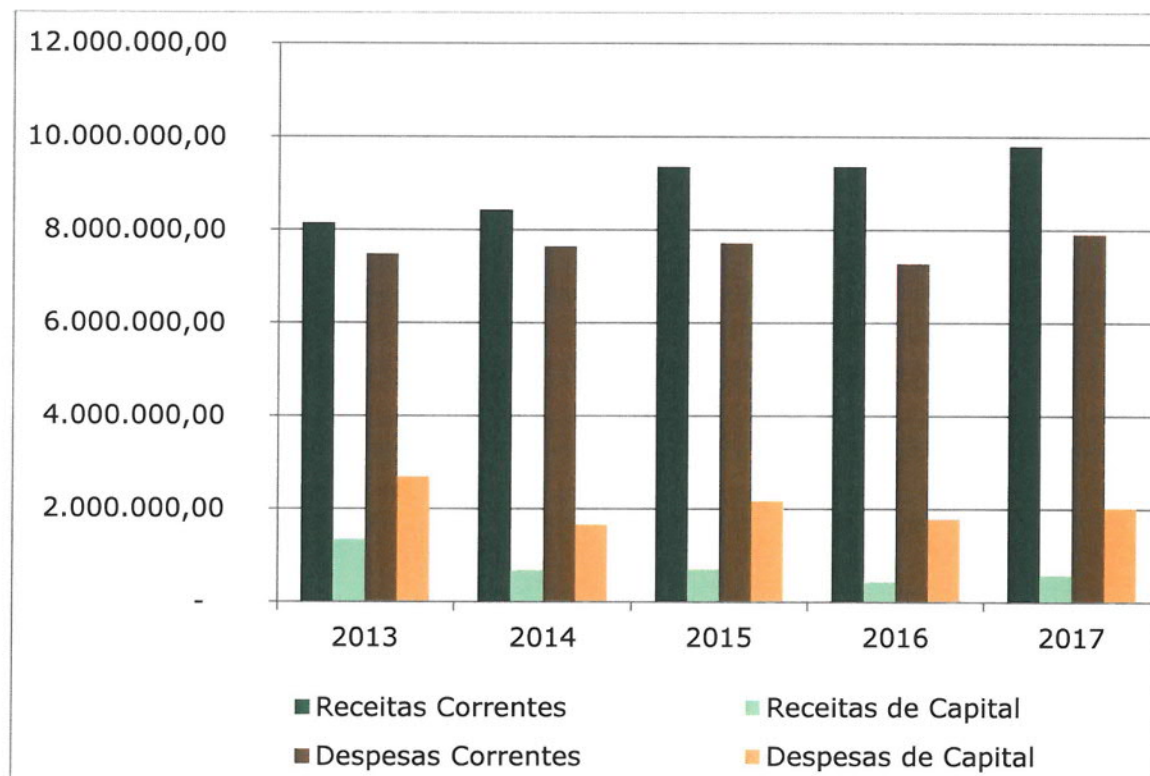
Descrição	Valores (€)	%
Receitas Provenientes do OGE	4.513.521,00	43,96
Comparticipações externas		
Comparticipações Comunitárias	116.177,75	1,13
Outras	152.992,02	1,49
Venda de Bens e Serviços	1.437.390,09	14,00
Impostos Diretos		
- Imposto Municipal Imóveis	1.550.469,48	15,10
- Imposto Municipal Transmissões Onerosas	1.262.386,86	12,30
- Imposto Único Circulação	147.294,91	1,43
Venda de Bens de Investimento	29.540,52	0,28
Outras Receitas	11.913,45	0,12
Taxas, Multas e Outras Penalidades	277.808,29	2,71
Rendimentos de propriedade	672.120,08	6,56
Impostos Indiretos	88.703,61	0,86
Reposições não abatidas aos pagamentos	6.705,52	0,06
Total	€10.267.023,58	100,00

4 - O Orçamento da despesa foi aprovado pelo valor de 11.641.671,00€ encerrou com uma dotação final de 11.150.961,00€, dos quais foram comprometidos no exercício de 2017 o valor de 10.434.555,14€, e assumidos compromissos para anos futuros no valor de 1.302.470,13€, realizados(faturados) 9.923.504,57€ e pagos 9.778.246,00€.

Evolução das Receitas (Liquidadas) e Despesas (Faturadas)

(Unidade: Euros)

Ano	Receitas Correntes	Receitas de Capital	Despesas Correntes	Despesas de Capital
2013	8.143.029,54	1.348.337,61	7.488.307,58	2.692.284,34
2014	8.425.091,45	678.734,60	7.641.356,90	1.659.946,99
2015	9.352.065,49	696.211,98	7.714.994,73	2.172.206,58
2016	9.353.542,38	438.631,33	7.278.897,16	1.789.567,58
2017	9.793.425,12	580.400,27	7.904.704,03	2.018.800,54



2.2 Equilíbrio Orçamental

A Lei do Regime financeiro das autarquias locais vêm introduzir um novo conceito de equilíbrio orçamental, determinando que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

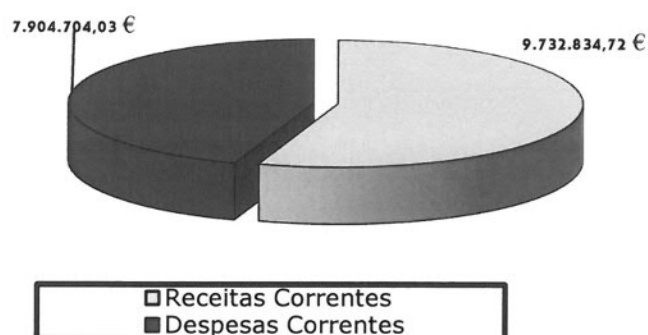
Assim sendo o valor médio das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo para 2017 é de 325.904.41€.

Caracterização do Empréstimo Médio e longo prazos	Data de Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos até 31/12/2016	Utilizado	Dívida em 31 de Dezembro de 2017	Média das amortizações artº 40º Lei 73/2014
B.P.I. - nº. 4955560-165-007 - Const. de 16 Fogos para Habitação Social/Bairro 25 de Abril - Arrendamento	25.02.1998	25	18	255.631,18 €	88.490,32 €	12.641,47 €
Caixa G. Dep.- nº. 0048000588891-Intempéries /97 (Évora, Beja e Faro)	17.11.1998	20	18	518.944,35 €	34.596,30 €	17.298,15 €
Caixa G.Dep.- nº. 9015002970491- Alargamento e Rep. Estrada Praia de Odeceixe	28.05.2002	20	14	158.705,16 €	41.698,95 €	6.949,83 €
Caixa G.Dep.- nº. 9015003282991-Mercado de Maria Vinagre e Zona Envolvente	22.10.2002	20	14	65.132,39 €	17.138,35 €	2.856,39 €
Caixa G.Dep.- nº. 9015003283791-Loteamento Industrial da Feiterinha	20.12.2002	20	14	416.800,00 €	109.673,03 €	18.278,84 €
Caixa G.Dep.- nº. 9015003177691 - Aquisição de 14 Fogos - Habitação Social / Barrada Igreja Nova	03.01.2003	20	13	156.598,62 €	55.326,27 €	7.903,75 €
BPI - nº. 4955560-830-005 - Aquisição de 14 Fogos - Habitação Social / Barrada Igreja Nova	27.11.2003	20	13	626.394,48 €	186.125,33 €	26.589,33 €
Caixa G.Dep.- nº. 9015003632891-Estrada do Carrascalinho	20.07.2003	20	13	155.710,58 €	47.937,67 €	6.848,24 €
Caixa G.Dep.- nº. 9015003770791 - Infra-estruturas de acesso à Escola EBI/JI de Aljezur	17.10.2003	20	13	400.000,00 €	151.255,21 €	21.607,89 €
Caixa G.Dep. nº9015004567991-Estrada da Esteveira	13.10.2005	20	11	400.000,00 €	186.044,84 €	20.671,65 €
Caixa G.Dep. nº9015004568891-Edifício dos Correios de Odeceixe	13.10.2005	20	11	175.000,00 €	79.910,19 €	8.878,91 €
Caixa G.Dep. Nº9015004569691-Três Prédios na Rua 25 de Abril- Aljezur	13.10.2005	20	11	135.000,00 €	62.790,13 €	6.976,68 €
Caixa G.Dep. Nº n9015005127091- Piscinas Municipais	28-11-2006	20	10	800.000,00 €	398.983,15 €	39.898,32 €
Caixa G. Dep. Nº 9015005133591 - Infraestruturas do Loteamento dos Malhadaís	28-11-2006	20	10	250.000,00 €	124.682,22 €	12.468,22 €
Caixa G. Dep. Nº 9015005134391 - Escola 1º Ciclo de Odeceixe	28-11-2006	20	10	250.000,00 €	125.464,42 €	12.546,44 €
Caixa G.Dep. Nº9015005129791 - Qualificação Urbana da Carrapateira	28-11-2006	20	10	200.000,00 €	100.790,84 €	10.079,08 €
Caixa G. Dep. Nº9015005131991 Parque de Feiras e Exposições	28-11-2006	20	10	300.000,00 €	151.965,20 €	15.196,52 €
Caixa C. Agrícola -Sociedade POLIS- Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina nº 58020252177	23-04-2010	20	6	1.117.200,00 €	720.300,00 €	51.450,00 €
Caixa de Crédito Agrícola -Estrada ER 267 - (Aljezur Marmeleite)	24-03-2011	10	5	350.000,00 €	133.823,48 €	26.764,70 €
TOTAL.....				6.731.116,76 €	2.816.995,90 €	325.904,41 €

Em termos previsionais, apresentou-se para o ano económico de 2017 uma Receita Corrente de 9.347.239,00€, para uma Despesa Corrente de 8.172.195,00€ logo esta diferença no valor de 1.175.044,00,00€ era suficiente para cobrir a média das amortizações dos empréstimos.

Relativamente a execução orçamental manteve-se o equilíbrio orçamental verificando-se uma execução da receita corrente Cobrada Bruta de 9.732.834,72€ e a despesa corrente de 7.904.704,03€, sendo possível uma margem Corrente de 1.828.130,69€, suficiente para cobrir a média dos empréstimos (325.904,41€).

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



2.3 Fluxos de Caixa: Saldo Final da Gerência de 2017

Os mapas de Fluxos de Caixa discriminam as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer de Execução Orçamental quer de Operações de Tesouraria.

A análise dos Fluxos de Caixa permitirá confirmar o Saldo Final da Gerência de 2017, o qual totaliza 1.743.715,58€, sendo 1.579.238,31€ referente à execução do Orçamento e 164.477,27€ referente às Operações de Tesouraria.

Descrição	Valor (€)	
	Parcial	Total
Saldo da Gerência Anterior		
- Execução Orçamental	1.037.543,80	
- Operações Tesouraria	136.433,31	1.173.977,11
Entradas		
- Receitas Orçamentais	10.319.940,51	
- Operações Tesouraria	659.930,27	10.979.870,78
Saídas		
- Despesas Orçamentais	9.778.246,00	
- Operações Tesouraria	631.886,31	10.410.132,31
Saldo para a gerência seguinte		
- Execução Orçamental	1.579.238,31	
- Operações Tesouraria	164.477,27	1.743.715,58

3. CONTAS EXTRAORÇAMENTAIS

3.1 Conta de Operações de Tesouraria

Os movimentos de entradas de Operações de Tesouraria totalizaram 659.930,27€ e os movimentos de saída somaram 631.886,31€. Tendo como saldo transitado de 2016 a importância de 136.433,31€, resultando num saldo final de Operações de Tesouraria de 164.477,27€.

No quadro seguinte apresentam-se estas movimentações discriminadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e obtenção dos respectivos saldos para a gerência seguinte:

(unidade: Euros)					
Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final	%
Cobranças p/ o Estado e Outros Entes Públicos	23.727,70	585.893,46	564.763,52	44.857,64	27,27
Cobranças para outras entidades	5.125,39	54.502,24	58.546,73	1.080,90	0,66
Cauções e depósitos de garantia	107.580,22	19.534,57	8.576,06	118.538,73	72,07
Total.....	136.433,31	659.930,27	631.886,31	164.477,27	100,00

Da análise do Quadro anterior, verifica-se que em relação à composição do Saldo Final de Operações de Tesouraria, 72,07% refere-se a valores relativos a “Cauções e Depósitos de Garantia” (em numerário) essencialmente constituídos por depósitos de garantia tuteladas pelos credores de obras e fornecimentos executados por ordem do município, relativamente aos quais ainda não se procedeu ao fecho de contas ou não decorreu o período de garantia dos bens e serviços fornecidos.

Da apreciação do Mapa 7.6 do POCAL, constata-se que foram cumpridos os dispositivos legais que se enquadram a gestão das Contas de Operações de Tesouraria, tendo sido as correspondentes operações devidamente desagregadas e sempre documentadas por guia de recebimento e ordem de pagamento.

As Operações de Tesouraria foram desenvolvidas e movimentadas em contas correntes por entidade e natureza.

3.2 Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem alterações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

O montante de garantias e cauções recebidas em 2017, foi de 74 691,38€, o montante de garantias devolvidas de 245.278,90€. Tendo o saldo inicial totalizado 937.271,84€ e o saldo final de garantias e cauções apresentado por terceiros é de 766.684,32€.

O valor dos recibos para cobrança tinham um saldo inicial de 23.082,91 € e um saldo final de 22.890,37€, sendo Cobrada receita virtual no valor 192,54€, conforme se demonstra no mapa de Prestação de Contas - Contas de Ordem.

4 PROCESSO ORÇAMENTAL

4.1 Execução Orçamental da Receita

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da receita ao nível da previsão, cobrança e contabilização, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental, o desenrolar da execução do orçamento, a comparação entre o orçamento inicial e final e eventuais desvios existentes, o grau de execução alcançado, e a evolução registada ao nível da receita efetiva.

Atenta a sua expressão financeira, no conjunto das receitas do município, merecerão especial destaque as Receitas Fiscais, as Transferências e os Passivos Financeiros, muito embora seja devidamente considerado qualquer recurso obtido durante o período financeiro a que se reporta o presente Relatório e mediante o qual, o Município pode satisfazer as despesas decorrentes das suas atribuições.

4.1.1 Receitas Correntes/Capital

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se representada no quadro seguinte, onde se pode verificar que a sua origem foi na maioria proveniente das Transferências (40,77%), onde se inclui as do OGE, logo seguida dos Impostos Diretos (28,93%) e da Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes (14,52%).

A Execução da receita corrente liquidada teve uma taxa de execução de (104,77%), devendo-se essencialmente ao rigor na elaboração do orçamento das receitas correntes, conforme determinam as regras previsionais do POCAL, tendo-se liquidado mais receita do que o previsto a nível dos Impostos Diretos essencialmente a receita proveniente do Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis.

O núcleo essencial da Receita de Capital é constituído por, Transferências (93,80%). Quanto a execução das receitas de capital, teve uma taxa de execução de (75,80%).

RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	%	RECEITA LIQUIDADADA	%	DESVIO	TAXA DE EXECUÇÃO
Correntes						
01- Impostos directos	2.793.600,00	27,62	3.002.621,67	28,93	209.021,67	107,48
02- Impostos indirectos	45.500,00	0,45	88.749,72	0,85	43.249,72	195,05
04- Taxas, multas e outras penalidades	129.550,00	1,28	279.172,89	2,69	149.622,89	215,49
05- Rendimentos da propriedade	652.100,00	6,45	672.270,08	6,48	20.170,08	103,09
06- Transferências correntes	4.286.839,00	42,39	4.231.831,02	40,77	-55.007,98	98,72
07- Venda de bens e serviços correntes	1.331.650,00	13,17	1.506.866,29	14,52	175.216,29	113,16
08- Outras receitas correntes	108.000,00	1,07	11.913,45	0,11	-96.086,55	11,03
Sub-total.....	9.347.239,00	92,42	9.793.425,12	94,34	446.186,12	104,77
Capital						
09- Venda de bens de investimento	331.000,00	3,27	29.540,52	0,28	-301.459,48	8,92
10- Transferências de capital	434.682,00	4,30	550.859,75	5,31	116.177,75	126,73
15- Reposições não abatidas nos pagamentos	500,00	0,00	6.705,52	0,06	6.205,52	1341,10
Sub-total.....	766.182,00	7,58	587.105,79	5,66	-179.076,21	76,63
Total.....	10.113.421,00	100,00	10.380.530,91	100,00	267.109,91	102,64

4.1.2 Receita Virtual

Atendendo a que esta Autarquia optou pela virtualização das receitas até ao exercício de 2013 cujo valor dos documentos à guarda do Tesoureiro é de 20.350,90€, sendo o valor mais relevante o de 15.194,70€ referente a receita proveniente de água.

Os movimentos da receita virtual mostram que foi cobrada a importância de 65,62€, existindo um saldo inicial de 20.416,52€, verificando-se assim que ficou por cobrar a importância de 20.350,90€.

Receita	Gerência Anterior	Debitada	Receita Virtual Cobrada	Receita Virtual Anulada/Reembolsada	Saldo
Saneamento (Empresas)	9,17				9,17
Saneamento (Particulares)	17,07				17,07
Água	15.230,71		36,01		15.194,70
Trabalhos por Conta Particulares	2.222,44				2.222,44
Rendas - Habitação e Outros Edifícios	816,91				816,91
Resíduos Sólidos	2.120,22		29,61		2.090,61
Total	20.416,52		65,62		20.350,90

4.1.3 - Transferências Obtidas

As transferências representam a fonte mais relevante de financiamento da autarquia, sendo de realçar as receitas do OGE (96,36%).

Transferências	Valor	%
FEF/FSM/IRS		
Correntes	4.078.839,00	85,28
Capital	434.682,00	9,09
Sub. Total	4.513.521,00	94,37
Outros Contratos/Programas/Protocolos		
Capital		
Estrada Aljezur Marmeleite	32.547,54	0,69
Modernização Administrativa	15.376,86	0,32
Simplex Autárquico CRM -Gestão Relacionamento Municípes	6.308,55	0,13
Energia Solar Térmica Piscinas e Campo de Futebol	59.418,06	1,24
Eficiência Energética da IP no Concelho	2.526,74	0,05
Sub. Total	116.177,75	2,43
Outros Contratos/Programas/Protocolos		
Correntes		
Defesa da Floresta Contra Incêndios	12.792,02	0,27
Acordo de Colaboração Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos	83.983,24	1,76
Recenseamento Eleitoral	614,19	0,00
Instituto de Emprego Formação Profissional	19.997,96	0,42
Patrocínios Eventos (Entidades Privadas)	5.087,15	0,11
Comissão Proteção Crianças e Jovens	10.767,72	0,23
Município de Odemira	18.276,64	0,38
Município de Vila do Bispo	1.473,10	0,03
Sub. Total	152.992,02	3,20
TOTAL	4.782.690,77	100,00

4.2 Execução Orçamental da Despesa

4.2.1 Enquadramento

Neste ponto, efetuar-se-á a análise da despesa. Assim, depois de uma breve referência aos valores orçamentados e da sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado destaque às despesas afetas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, com o objetivo de se avaliar a sua execução e do alcance dos objetivos previstos naquele documento.

DESPESAS	Orçamento Final	%	Pago	%	Desvio	Taxa de Execução
Correntes						
01 - Despesas com o pessoal	3.277.010,00	38,42	3.038.424,35	39,15	-238.585,65	92,72
02 - Aquisição de bens e serviços	3.347.060,00	39,24	3.013.910,83	38,83	-333.149,17	90,05
03 - Juros e outros encargos	24.100,00	0,28	23.521,36	0,30	-578,64	97,60
04 - Transferências correntes	1.729.900,00	20,28	1.546.111,74	19,92	-183.788,26	89,38
05 - Subsídios	10.650,00	0,12	10.194,12	0,13	-455,88	95,72
06 - Outras despesas correntes	139.950,00	1,64	128.704,95	1,66	-11.245,05	91,96
Total.....	8.528.670,00	100,00	7.760.867,35	100,00	-767.802,65	91,00
Capital						
07 - Aquisição de bens de capital	1.562.815,00	59,60	1.032.477,71	51,18	-530.337,29	66,07
08 - Transferências de capital	593.500,00	22,63	519.500,08	25,75	-73.999,92	87,53
09 - Activos financeiros	69.976,00	2,67	69.476,00	3,44	-500,00	99,29
10 - Passivos financeiros	396.000,00	15,10	395.924,86	19,63	-75,14	99,98
Total.....	2.622.291,00	100,00	2.017.378,65	100,00	-604.912,35 €	76,93
Total Geral	11.150.961,00		9.778.246,00			87,69

Comparando a estrutura do orçamento final com a sua efetiva realização ou seja, aquela que foi paga, constata-se que houve uma taxa de execução no tocante às despesas correntes de 91,00%, quanto às de capital ficaram-se por uma taxa de 76,93%.

O quadro seguinte além de mostrar, por rubricas económicas, quais os valores em dívida transitados para 2018, ou seja, quais os montantes relativos a despesas faturadas por pagar, mostra ainda, os montantes de encargos comprometidos no ano económico 2017 nos termos das respetivas contratualizações.

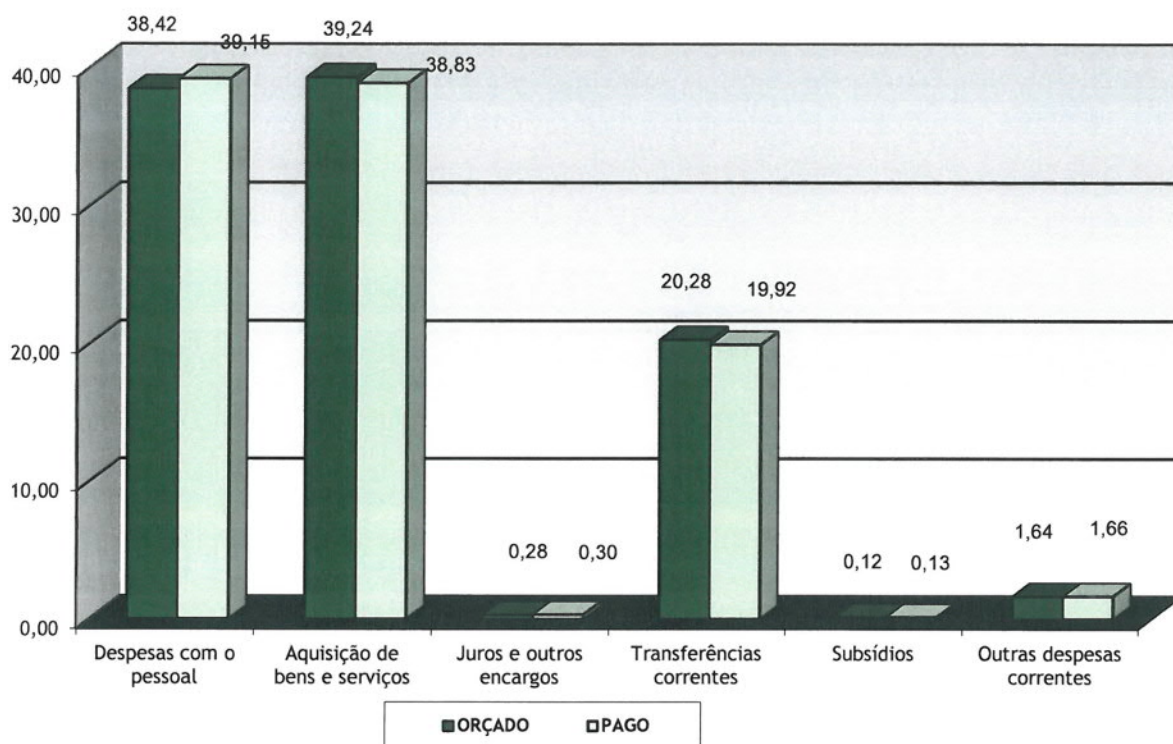
Verifica-se ainda, que a dívida a fornecedores se cifrou em 145.258,57€.

DESPESAS	Orçada (1)	%	Comprometido (2)	%	Realizado (3)	%	Pago (4)	%	Realizada e não paga (5)=(3)-(4)	Comprometida por realizar (6)=(2)-(3)
Correntes										
01 - Despesas com o pessoal	3.277.010,00	29,39	3.089.633,84	29,61	3.082.427,10	31,06	3.038.424,35	31,07	44.002,75	7.206,74
02 - Aquisição de bens e serviços	3.347.060,00	30,02	3.200.720,56	30,67	3.099.950,13	31,24	3.013.910,83	30,82	86.039,30	100.770,43
03 - Juros e outros encargos	24.100,00	0,22	23.521,36	0,23	23.521,36	0,24	23.521,36	0,24	0,00	0,00
04 - Transferências correntes	1.729.900,00	15,51	1.617.290,15	15,50	1.556.100,12	15,68	1.546.111,74	15,81	9.988,38	61.190,03
05 - Subsídios	10.650,00	0,10	10.194,12	0,10	10.194,12	0,10	10.194,12	0,10	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	139.950,00	1,26	132.533,81	1,27	132.511,20	1,34	128.704,95	1,32	3.806,25	22,61
Sub-total.....	8.528.670,00	76,48	8.073.893,84	77,38	7.904.704,03	79,66	7.760.867,35	79,37	143.836,68	169.189,81
Capital										
07 - Aquisição de bens de capital	1.562.815,00	0,10	1.362.635,90	0,10	1.033.899,60	10,42	1.032.477,71	10,56	1.421,89	328.736,30
08 - Transferências de capital	593.500,00	5,32	532.624,54	5,10	519.500,08	5,24	519.500,08	5,31	0,00	13.124,46
09 - Activos financeiros	69.976,00	0,63	69.476,00	0,67	69.476,00	0,70	69.476,00	0,71	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	396.000,00	3,55	395.924,86	3,79	395.924,86	3,99	395.924,86	4,05	0,00	0,00
11 - Outras despesas capital								0,00	0,00	0,00
Sub-total.....	2.622.291,00	23,52	2.360.661,30	22,62	2.018.800,54	20,34	2.017.378,65	20,63	1.421,89	341.860,76
Total.....	11.150.961,00	100,00	10.434.555,14	100,00	9.923.504,57	100,00	9.778.246,00	100,00	145.258,57	511.050,57

4.2.2 Despesas Correntes

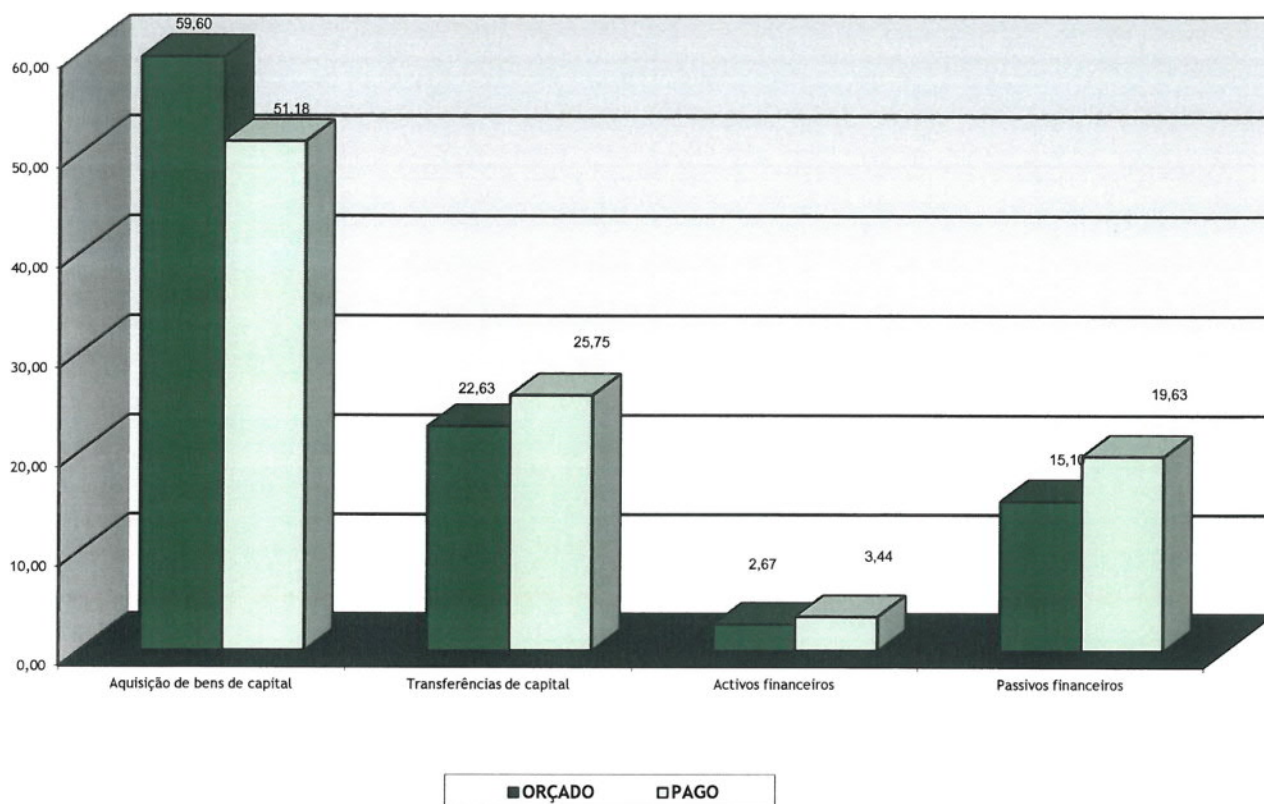
O gráfico a seguir evidência a estrutura e a execução das Despesas Correntes, realçando a importância das despesas com o Pessoal, as quais representam 39,15% do total das despesas Correntes, seguindo-se as Aquisições de Bens e Serviços que representam 38,83% e as Transferências correntes que cifram-se em 19,92% das Despesas Correntes.

Quanto às restantes rubricas, os Subsídios, valor dos juros e outras despesas correntes correspondem a 1,50% da despesa Corrente em 2017. O modelo 8.3.6 - Mapa dos Empréstimos da Prestação de Contas apresenta discriminadamente estes encargos por natureza e finalidade. No ano económico em análise totalizaram 28.514,60€.



4.2.3 Despesas de Capital

Durante o exercício de 2017 foram realizadas Aquisições de Bens de Capital no valor de €1.033.899,60, dos quais foram pagos €1.032.477,71, ficando com uma dívida de €1.421,89.



Pela análise do mapa das Aquisições de capital a seguir apresentado, sendo os Bens do Domínio Público a mais relevante, representando 50,33% do total das Aquisições de Bens de Capital, seguido da Aquisição de Maquinaria e Equipamento (17,19%), Construções Diversas (6,57%), Aquisição de Edifícios (18,50%).

Designação	Dotação actual	%	Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Habitacões	16.200,00	1,04	14.734,00	1,43	1.466,00	90,95
Edifícios	194.250,00	12,43	191.313,28	18,50	2.936,72	98,49
Construções diversas	212.000,00	13,57	67.915,64	6,57	144.084,36	32,04
Maquinaria e	237.660,00	15,21	177.709,58	17,19	59.950,42	74,77
Material de	69.595,00	4,45	59.041,80	5,71	10.553,20	84,84
Outros investimentos	15.100,00	0,97	2.853,60	0,28	12.246,40	18,90
Bens de Domínio Público	818.010,00	52,34	520.331,70	50,33	297.678,30	63,61
Total.....	1.562.815,00	100,00	1.033.899,60	100,00	528.915,40	66,16

4.2.4 Despesas Realizadas e Não Pagas

A leitura atenta dos montantes da despesa evidenciada no Mapa 7.3.1 - Controlo Orçamental da Despesa, que constitui parte integrante da Prestação de Contas, permite inferir o nível de execução orçamental da Despesa, na ordem dos 87,69% quando se compara a despesa orçada com a despesa paga. Confrontando-se o valor faturado e os valor pagos, conclui-se que resulta uma Dívida de Curto Prazo, no exato valor dos encargos realizados e não pagos, no montante de 145.258,57€, referente a faturas que foram rececionadas após o dia 31 de Dezembro de 2017, no entanto com data de documento e despesa referente ao ano de 2017.

DESPESAS	Realizado (1)	%	Pago (2)	%	Realizada e não Paga (3)=(1)-(2)
01 - Despesas com o pessoal	3.082.427,10	30,62	3.038.424,35	31,07	44.002,75
02 - Aquisição de bens e serviços	3.099.950,13	31,24	3.013.910,83	30,82	86.039,30
03 - Juros e Outros Encargos	23.521,36	0,24	23.521,36	0,24	0,00
04 - Transferências correntes	1.556.100,12	15,68	1.546.111,74	15,81	9.988,38
05 - Subsídios	10.194,12	0,10	10.194,12	0,10	0,00
06 - Outras Despesas Correntes	132.511,20	1,34	128.704,95	1,32	3.806,25
07 - Aquisição de bens de capital	1.033.899,60	10,42	1.032.477,71	10,56	1.421,89
08 - Transferências Capital	519.500,08	5,24	519.500,08	5,31	0,00
09 - Ativos Financeiros	69.476,00	0,70	69.476,00	0,71	0,00
10 - Passivos Financeiros	395.924,86	3,99	395.924,86	4,05	0,00
Total.....	9.923.504,57	100,00	9.778.246,00	100,00	145.258,57

4.3 Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o desenvolvimento estratégico da atividade autárquica e apresenta-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações, num horizonte móvel de 4 anos. Constituem partes integrantes dos documentos de prestação de contas, o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimento e o Mapa Plurianual das Atividades Mais Relevantes.

Assim, nas Grandes Opções do Plano, constam para além das despesas de Investimento, as Transferências Correntes e de capital para as Juntas de Freguesia e outras despesas correntes que representam interesse e relevância para a autarquia.

O mapa que a seguir se apresenta, mostra a estrutura das Grandes Opções do Plano, por Objetivos, comparando-se os valores previsionais e os executados.

O valor previsto, no ano em análise, para as Grandes Opções do Plano, totalizou 6.623.943,00€. Concretizando em compromissos o valor de 6.148.480,73€, sendo faturado o valor de 5.700.700,27€ e pagamentos da ordem dos 5.609.070,80€.

Pela análise das Grandes Opções do Plano reportada ao final da Gerência de 2017, constata-se ainda que resultou um volume de encargos assumidos e não pagos no montante de 91.629,47€. Em termos de realizado, obtém-se uma taxa de execução Anual das GOP's de 84,68%.

Designação	Orçado	%	Comprometido	%	Realizado	%	Pago	%	Dívida
FUNÇÕES GERAIS	1.594.016,00	24,06	1.495.474,60	24,32	1.445.823,90	25,36	1.421.442,98	25,34	24.380,92
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.325.416,00	20,01	1.235.355,13	20,09	1.188.044,97	20,84	1.163.664,05	20,75	24.380,92
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	268.600,00	4,05	260.119,47	4,23	257.778,93	4,52	257.778,93	4,60	0,00
FUNÇÕES SOCIAIS	3.592.517,00	54,24	3.336.491,91	54,27	2.950.024,11	51,75	2.882.775,56	51,39	67.248,55
ENSINO NÃO SUPERIOR	25.150,00	0,38	24.272,63	0,39	24.272,63	0,43	24.272,63	0,43	0,00
SERVIÇOS AUXILIARES ENSINO	459.380,00	6,94	446.573,32	7,26	443.573,32	7,78	443.573,32	7,91	0,00
SAÚDE	193.710,00	2,92	170.657,14	2,78	170.657,14	2,99	169.178,76	3,02	1.478,38
AÇÃO SOCIAL	170.050,00	2,57	140.597,70	2,29	140.597,70	2,47	136.597,70	2,44	4.000,00
HABITAÇÃO	16.200,00	0,24	14.734,00	0,24	14.734,00	0,26	14.734,00	0,26	0,00
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	479.100,00	7,23	478.216,61	7,78	187.430,12	3,29	187.430,12	3,34	0,00
SANEAMENTO	236.120,00	3,56	215.841,24	3,51	215.841,24	3,79	203.672,21	3,63	12.169,03
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	519.700,00	7,85	518.498,41	8,43	517.525,09	9,08	489.660,77	8,73	27.864,32
RESÍDUOS SÓLIDOS	166.900,00	2,52	166.721,01	2,71	166.721,01	2,92	158.574,32	2,83	8.146,69
PROTEÇÃO MEIO E CONSERVAÇÃO NATUREZA	460.257,00	6,95	317.369,71	5,16	302.993,41	5,32	302.993,41	5,40	0,00
CULTURA	158.700,00	2,40	152.555,76	2,48	118.126,19	2,07	117.526,19	2,10	600,00
DESPORTO RECREIO E LAZER	706.750,00	10,67	690.454,38	11,23	647.552,26	11,36	634.562,13	11,31	12.990,13
OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELEGIOSAS	500,00	0,01							
FUNÇÕES ECONÓMICAS	725.400,00	10,95	713.865,23	11,61	713.727,22	12,52	713.727,22	12,72	0,00
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA CAÇA E PESCA	120.000,00	1,81	120.000,00	1,95	120.000,00	2,11	120.000,00	2,14	0,00
INDÚSTRIA E ENERGIA	267.600,00	4,04	264.745,53	4,31	264.745,53	4,64	264.745,53	4,72	0,00
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	303.400,00	4,58	299.808,40	4,88	299.670,39	5,26	299.670,39	5,34	0,00
COMÉRCIO E TURISMO	1.000,00	0,02							
MERCADOS E FEIRAS	1.500,00	0,02	123,00	0,00	123,00	0,00	123,00	0,00	0,00
TURISMO	31.900,00	0,48	29.188,30	0,47	29.188,30	0,51	29.188,30	0,52	0,00
OUTRAS FUNÇÕES	712.010,00	10,75	602.648,99	9,80	591.125,04	10,37	591.125,04	10,54	0,00
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	712.010,00	10,75	602.648,99	9,80	591.125,04	10,37	591.125,04	10,54	0,00
TOTAL.....	6.623.943,00	100,00	6.148.480,73	100,00	5.700.700,27	100,00	5.609.070,80	100,00	91.629,47

4.4 Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoios Concedidos pela Autarquia

4.4.1 Enquadramento

As transferências durante o ano de 2017, constituíram uma importante componente da despesa autárquica, revelando o intervencionismo do município, com o objetivo de proporcionar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo e de ação social, assim como o apoio concedido aos munícipes carenciados, com o objetivo de criar melhores condições de habitabilidade. É ainda de realçar a concessão de bolsas de estudos aos alunos que frequentam os estabelecimentos de Ensino Superior.

O Processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, com o objetivo de subordinar a concessão dos subsídios aos princípios constitucionais de igualdade, de justiça, de proporcionalidade e imparcialidade, pretendendo garantir deste modo a sua transparência e objetividade.

4.4.2 Transferências por classificação económica

O atual classificador desagrega as transferências efetuadas pelo Município em três rubricas distintas: 06 "Transferências Correntes"; 05 "Subsídios Concedidos" e 08 "Transferências de Capital". Em "Transferências Correntes" registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições

Particulares, bem como as quotas respeitantes à inscrição em diversas associações com interesse Municipal, inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as Juntas de Freguesia.

Transferências de capital registaram-se todas as transferências que se destinaram a financiar as despesas de capital das unidades recebedoras.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Transferências Concedidas	Despesa Orçada	Despesa Paga
Transferências Correntes	1.729.900,00	1.546.111,74
Privadas	25.000,00	25.000,00
Estado	50.450,00	47.662,17
Instituições s/ Fins Lucrativos	910.400,00	833.491,88
Administração Local	517.820,00	454.414,82
Famílias	226.230,00	185.542,87
Transferências de capital	593.500,00	519.500,08
Administração Local	347.000,00	286.750,45
Instituições s/ Fins Lucrativos	246.500,00	232.749,63
Total.....	2.323.400,00	2.065.611,82

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

Tipo de Transferências	Freguesias	Orçamento Inicial	Pago
Correntes	Aljezur	81.100,00	103.030,16
	Bordeira	38.000,00	69.769,59
	Odeceixe	50.000,00	65.375,57
	Rogil	50.000,00	60.727,42
Capital	Aljezur	25.000,00	79.845,92
	Bordeira	35.000,00	52.520,12
	Odeceixe	25.000,00	102.867,96
	Rogil	40.000,00	51.516,45
Total		344.100,00	585.653,19

4.5 Dívida do Município

4.5.1 Análise da Dívida do Município - Médio/Longo Prazo

Associada à crescente intervenção social exigida aos Municípios devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições, mas a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do município com o objetivo de proporcionar condições de incremento de sectores socioeconómicos, culturais e desportivos, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência de receitas. Com uma utilização cada vez maior o recurso ao crédito público constitui uma medida de política económica autorizada por lei, dentro dos limites impostos e aplicados pelos Municípios para alcançar os níveis de investimento considerados desejados e aprovados por deliberação das respetivas Assembleias Municipais.

A quantificação da dívida bancária nas suas diferentes finalidades, encontra-se apurada no mapa 8.3.6.1 do POCAL (empréstimos), e totalizava 2.816.995,90€, à data de 31 de Dezembro de 2017.

Durante a gerência de 2017 houve um encargo com juros de empréstimos a médio e longo prazo no valor de 23.521,36€. Quanto aos encargos com amortizações dos empréstimos a médio e longo prazo foram de 395.924,86€.

4.5.2 Endividamento Municipal

Após a análise que se acabou de apresentar acerca da dívida bancária, torna-se pertinente apurar qual a repercussão deste endividamento relativamente à capacidade legal de endividamento da autarquia.

Como se pode verificar pelo quadro que a seguir se apresenta, este limite foi respeitado na gerência em análise, de acordo com a Lei 73/2013 de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, a qual estipula no artº 52 que a dívida total não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada nos três exercícios anteriores.

	Dívida 31-12-2017
Receita Corrente Cobrada Líquida:	
Ano de 2014	8.355.253,00
Ano de 2015	9.279.543,00
Ano de 2017	9.283.213,00
Total Receita Corrente Cobrada Líquida	26.918.009,00
Média da receita Corrente Líquida	8.972.669,67
Limite da Dívida Total 2016(1,5 média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos -artº 52º Lei nº 73/2013)	13.459.004,50
Dívida Total da Autarquia:	
-Empréstimos	2.816.995,90
-Dívida Operações Orçamentais	145.258,57
Facturas em Recepção e Conferência	13.382,89
Contribuição dívida de Outras Entidades:	
-Associação Nacional Municípios Portugueses	229,57
-Terras do Infante	75,93
-AMAL	75,22
Total	2.976.018,08

Evolução da Dívida do Município nos últimos 4 anos.

Designação	2014	2015	2016	2017
Empréstimos	4.066.861,84	3.634.821,22	3.212.920,76	2.816.995,90
Fornecedores/Outros Credores	8.278,55	198.804,01	16.161,87	145.258,57
Leasing		2.316,63		
Total	4.075.140,39	3.835.941,86	3.212.920,76	2.962.254,47

5. DESEMPENHO ECONÓMICO - FINANCEIRO

O Balanço e a Demonstração de Resultados são os documentos que servem de base a uma análise económico-financeira, por corresponderem em termos quantitativos à estrutura de capitais e à forma como se processou a obtenção de resultados.

Há que ter em conta porém, que o Balanço representa apenas a imagem da autarquia num determinado momento e pouco ou nada nos diz sobre o seu passado. Torna-se então necessário a análise do Balanços e Contas de Resultados de anos anteriores para que possa permitir a comparação e análise.

Outro método utilizado na análise financeira é o método dos indicadores ou rácios.

Muito embora o método dos rácios constitua precioso auxiliar de gestão para qualquer entidade, é conveniente acentuar que a sua utilização se deve fazer criteriosamente, tendo em conta a utilização de rácios padrão relativos ao sector.

5.1 Análise da Estrutura do Balanço

O Balanço apresenta a posição do Património da Autarquia referente ao enquadramento do exercício, estruturando-se através do Ativo, Passivo e Fundos Próprios, desenvolvidos cada um deles em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogêneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis custos diferidos,
- O Passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos próprios - é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

1 - O Balanço à data de 31/12/2017 evidenciava:

	2014	2015	2016	2017
Total do Ativo	37.470.732,27	37.050.259,34	36.335.516,15	34.161.406,36
Fundos Próprios	20.030.061,05	20.479.573,13	23.116.435,63	22.111.485,66
Passivo	17.440.671,22	16.570.686,21	13.219.080,52	12.049.920,70
Resultado Líquido do Exercício	-446.683,12	608.567,59	935.905,12	605.351,70

2 - A situação líquida do Balanço, demonstra a situação da autarquia. As Contas da Classe 4 - Imobilizado - neste exercício apresentam valores não comparáveis com o exercício de 2016 devido ao facto de ter sido possível concluirmos a inventariação dos bens do Domínio Público.

3 - Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:

-A Conta 212, 213 e 218 apresentam o valor da dívida dos contribuintes e utentes, ou seja a receita que se encontra por cobrar no final do exercício conforme a seguir se discrimina;

Natureza	Valor (€)
Água	76.430,47
Resíduos Sólidos	32.812,35
Trab. Conta Particulares	5.830,74
Rendas - Hab. E Outros Edifícios	9.623,32
Saneamento	4.944,91
Mercados e Feiras	68,82
Total.....	129.710,61

-De referir ainda a importância de €73.705.21, referente à conta "24 - Estado e outros entes públicos", que inclui o saldo do valor do IVA a recuperar, o qual ainda não foi solicitado o seu reembolso.

4 - Disponibilidades: A Conta 12 (Depósitos em Instituições Financeiras), apresenta um saldo global de 1.734.881,54€ e a conta 11 (Caixa) de 8.834.04€.

5 - Acréscimos e Diferimentos: A Conta 271 (Acréscimos de Proveitos) refere-se a dívidas de Terceiros, cujo recebimento irá ocorrer em exercícios futuros, originando Acréscimos de proveitos no valor de 1.859.234,16€, os quais se encontram a seguir discriminados:

Conta	Natureza	Entidade	Valor (€)
2719	Fundo Florestal Permanente	ICNF - Instituto Conservação Natureza Florestas, I.P.	13.937,14
2719	Transportes Intermunicipais	Instituto Mobilidade e dos Transportes , IP	6.786,00
2719	Acordos Colaboração Pré-Escolar	Direção Geral Estabelecimentos Escolares	42.489,03
2712	Imposto Único de Circulação	Autoridade Tributária	8.102,97
2712	Imposto Municipal s/Transações Onerosas Imóveis	Autoridade Tributária	78.265,69
2712	Imposto Municipal sobre Imóveis	Autoridade Tributária	1.690.339,19
2719	Rendas de Parques Eólicos	ENERNOVA e SEE	19.314,14
		Total.....	1.859.234,16

6 - A conta “272 Custo diferidos” - Compreende os valores que foram contabilizados neste exercício, mas que devem ser reconhecidos como custos em exercícios seguintes, que constam do mapa seguinte;

Conta	Origem	Valor (€)
	Custos diferidos	3.668,38
2721	Seguros	3.471,58
2722	Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	61,71
2729	Outros Custos Diferidos	135,09

7 - Quanto ao Passivo: Apresenta as dívidas a médio e longo prazo, onde evidencia na Conta 2312 (Dívidas a Instituições de Crédito), uma dívida no valor de 2.420.665,79€, atendendo a que a conta 2311 apresenta os custos com a amortizações no valor de €396.330,11 que se prevê que venham ser pagas no exercício de 2018, assim sendo o capital em dívida dos empréstimos contraídos pela Autarquia totaliza em 31/12/2017 o valor de 2 816 995,90€;

É de salientar que a conta “26812-Fundo de Apoio Municipal”, apresenta o valor de 277.906,67€ que se refere ao valor da contribuição do Município para o capital Social do Fundo de Apoio Municipal nos termos da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto, cuja realização será efetuada em 7 anos ,teve o seu início em 2015 e com um valor anual de 69.476,00€.

Em 07/02/2018 foi nos comunicado que com a entrada em vigor da LOE-2018 foi alterado o artigo 19ª da Lei nº 53/2014 de 25 agosto, pelo que serão reduzidas as contribuições anuais do Município para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 em 25%, 50%, 75% e 100% respetivamente, pelo que o valor do Município será reduzido em €173 692,67, sendo o valor a pagar em 2018 de €52 107,00.

8 - Dívidas a Terceiros - Curto Prazo: Esta classe engloba as operações derivadas da relação de terceiros, referentes a fornecedores de bens, serviços e imobilizado, bem como as contas referentes a cauções prestadas por terceiros, a fim de garantir o normal cumprimento de contratos de Empreitada de Obras Públicas e Fornecimentos, assim como os valores retidos para entrega ao Estado e outros entes públicos o que corresponde a uma dívida de despesas orçamentais no valor de €145.258,57 e não orçamentais no valor de €177 860,16, conforme vem discriminado no mapa de prestação de contas - Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros.

9 - Acréscimos e Diferimentos: Quanto à Conta 273 (Acréscimo de Custos), no mapa a seguir apresenta-se a sua origem:

Conta	Origem	Valor (€)
	Acréscimos de custos	470.611,13
2732	Remunerações a Liquidar	395.904,18
2733	Juros a liquidar	1.698,26
2739	Outros acréscimos de custos	73.008,69

10 - A conta 274 "Proveitos Diferidos" compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes e que apresenta um saldo de 8.161.288,27€ Estando a Conta 2745 "Subsídios para Investimentos"-desdobrada da seguinte forma:

Finalidade	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	TOTAL
Proveitos diferidos	9.011.587,94	91.965,60	942.265,28	8.161.288,27
Construção da Extensão de Saúde de Rogil	85.876,64		1.341,84	84.534,80
Abastecimento Água Zona Oeste e Zona Sul (ICN)	104.498,37		71.108,51	33.389,86
Construção Museu do Mar na Carrapateira	211.762,45		2.992,80	208.769,65
Construção Mercado de Maria Vinagre	155.257,65		16.371,92	138.885,73
Construção da Zona Industrial da Feiteirinha	1.394.523,56		73.730,19	1.320.793,37
Construção Estrada Acesso a Praia de Odeceixe	119.600,82		19.933,68	99.667,14
Estrada Carrascalinho/Priorado - Maria Vinagre	141.257,21		11.633,02	129.624,19
Req.Urb Igreja Nova- Largo 1º de Maio	93.455,18		11.025,59	82.429,59
Qualificação urbana do Rogil	116.366,64		14.538,60	101.828,04
Qualificação Urbana da Cruz	62.396,27		11.198,52	51.197,75
Construção Arrecadações Pescadores Arrifana	335.310,33		9.747,90	325.562,43
Fundo de Solidariedade (Prejuízos Fogos)	256.270,93		25.960,62	230.310,31
Centro Escolar do Rogil	160.619,57		2.331,00	158.288,57
Portinho da Carrapateira/MARIS	5.820,32		163,44	5.656,88
Inf Subterrânea da Estrada da Arrifana	3.999,30		885,96	3.113,34
Renovação Urbana de Odeceixe	201.644,31		92.323,92	109.320,39
Centro Social e Recreativo do Serominheiro	26.764,52		440,28	26.324,24
Melhoramentos do Polidesportivo da Carrapateira	25.326,78		367,09	24.959,70
Centro Social e Recreativo das Alfambras	10.460,31		356,40	10.103,91
Electrificação - Portinho da Carrapateira	81.059,65		45.114,67	35.944,98
Portinho da Arrifana	804.235,45		11.488,92	792.746,53
Requalificação da Av. General Humberto Delgado	23.684,15		10.164,53	13.519,62
Intercepção águas Res. Alj.Arrif.(Rede Esgotos Arrifana)	276.698,11		167.647,85	109.050,26
Piscina Municipal de Aljezur	1.004.724,35		13.627,80	991.096,55
Requalificação Urbana da Carrapateira	288.388,94		27.478,68	260.910,26
Centro Escolar de Odeceixe	168.066,88		2.366,76	165.700,12
Construção Parque de Feiras e Exposições	474.088,38		43.095,48	430.992,90
Campo de Futebol Municipal	151.605,39		13.843,89	137.761,50
Reorden.Estac.Praia Amoreira e Ac.Ribeira Aljezur 1.2	198.235,24		18.021,48	180.213,76
Intervenção Dunar Odeceixe	10.233,50		1.557,84	8.675,66
Ordenamento Pontal da Carrapateira	460.715,81		43.988,04	416.727,77
Ampliação Rede de Abastecimento de Água Zona Norte	271.617,20		52.145,76	219.471,44
Construção/Apetrachamento Jardim Inf.Odeceixe	37.127,00		522,72	36.604,28
Reparação da Estrada Aljezur/Marmeleite	705.433,22	32.547,54	68.882,32	669.098,44
Círculo Ambiental - IFAP	30.711,51		7.475,23	23.236,28
Forn/Mont. Inst. Utilização ARR. Pes.Carrapateira	23.238,54		332,04	22.906,50
Apetrachamento Escolas Primárias Concelho	2.517,32		1.775,79	741,53
Comp. Na Ampliação da Escola EBI/JI de Aljezur	278.903,83		3.708,96	275.194,87
Simplex Autárquico-CRM	10.719,93		6.950,68	3.769,25
Inst.Reg.Fluxos Luminosos/eficiência Energ.I.Pública	53.649,08		6.637,09	47.011,99
Energia Solar Térmica Piscinas Municipais	115.597,72	59.418,06	23.107,23	151.908,55
Energia Solar Térmica - Campo de Futebol Municipal	20.846,32		4.224,36	16.621,96
Viatura Apoio Social	8.279,26		1.655,88	6.623,38

5.2 Análise da Demonstração de Resultados

5.2.1 Demonstração de Resultados:

Descrição	Valor (€)
Resultados Operacionais	-238.578,43
Resultados Financeiros	707.177,43
Resultados Correntes	468.599,00
Resultado Líquido do Exercício	605.351,70

A demonstração de resultados apresenta os custos e proveitos classificados por natureza, sendo os resultados classificados em correntes e extraordinários.

A Demonstração de Resultados é um mapa financeiro que apresenta os resultados económicos das operações de uma entidade durante um determinado período de tempo.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o princípio da especialização do exercício os custos e os proveitos sendo reconhecidos no ano económico a que respeitam independentemente do seu pagamento ou recebimento. Verificando-se um total de custos no montante de 10.106.255,63 € e de proveitos no valor de 10.711.607,33€, temos pois, um resultado líquido de 605.351,70€.

5.2.2-Análise da Contabilidade de Custos:

A contabilidade de custos resulta de um imperativo legal previsto no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e no Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

Estabelece ainda o Regime Financeiro as Autarquias locais aprovado pela Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, no artigo 21º e 34º, nº 3 a obrigatoriedade de apuramento de custos por funções, bem como dos serviços prestados e dos bens fornecidos.

A contabilidade de custos pretende assim responder a estas exigências da lei no que concerne à fixação de taxas da atividade municipal, bem como, colaborar na fixação de preços de modo a que estes não sejam inferiores aos custos diretos e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e fornecimento de bens pelos municípios.

O Sistema de Contabilidade de Custos foi implementado no município no decorrer do exercício de 2014, tendo por base os recursos próprios da Autarquia.

Com a escassez de recursos disponíveis torna-se difícil cumprir algumas das regras e políticas previstas na sistematização de informação conducente à recolha de custos por Bens e Serviços.

Os métodos de imputação dos custos utilizados foram os constantes do ponto 2.8.3.3 e seguintes do POCAL.

Assim apresentamos os resultados com a indicação dos custos por função:

Funções	Descrição	Valor	%
1.1.1	Administração geral	478.912,08	4,19
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	565.809,88	4,95
2.1.1	Ensino não superior	682.569,94	5,97
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	796.779,74	6,97
2.2.0	Saúde	248.763,50	2,18
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	850,00	0,01
2.3.2	Ação social	241.289,68	2,11
2.4.1	Habitação	213.197,35	1,87
2.4.2	Ordenamento do território	74.725,25	0,65
2.4.3	Saneamento	508.260,73	4,45
2.4.4	Abastecimento de água	1.262.362,17	11,05
2.4.5	Resíduos sólidos	714.860,34	6,26
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	344.179,65	3,01
2.5.1	Cultura	509.266,63	4,46
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1.107.922,98	9,70
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	27.774,25	0,24
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	265.094,31	2,32
3.2.0	Indústria e energia	542.239,01	4,75
3.3.1	Transportes rodoviários	976.824,61	8,55
3.4.1	Mercados e Feiras	449.025,43	3,93
3.4.2	Turismo	291.002,02	2,55
3.5.0	Outras Funções Económicas	7.662,36	0,07
4.2.0	Transferências entre administrações	1.114.700,18	9,76
4.3.0	Diversas não especificadas	242,93	0,00
	Total	11.424.315,02	100,00

5.2.3 Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício

Conforme estipula o ponto 2.7.3 do POCAL, compete ao Órgão Executivo apresentar ao Órgão Deliberativo uma proposta devidamente fundamentada para aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

A aplicação do Resultado Líquido do Exercício pode ser efetuada da seguinte forma:

- Para reforço do "Património" até que o valor contabilístico deste corresponda a 20% do valor do Ativo líquido.
- Constituição de reforço anual de "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Atendendo a que o resultado líquido é no valor de 605.351,70€, propõe-se a aplicação do Resultado Líquido do Exercício da seguinte forma:

- Reforço do Património (conta 51) até ao valor 6.832.281,27€, correspondente a 20% do valor do ativo líquido, no entanto dado que o mesmo já apresenta um valor superior (11.103.621,52€), não deverá ser reforçado.
- Constituição de Reservas Legais, 5% do resultado líquido do exercício (conta 571) no valor de 30.267,58€
- A parte restante com o saldo de 575.084,12€ será transferida para resultados transitados.

5.2.4- Factos relevantes ocorridos após o termo do Exercício

Após o termo do exercício não ocorreram quaisquer factos que possam alterar a prestação de contas apresentada.

O Presente relatório foi apreciado em reunião da Câmara Municipal de Aljezur realizada em 24 de Abril de 2018.

O Presidente

Os Vereadores

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão que antecede mereceu a apreciação da Assembleia Municipal de Aljezur em sua sessão ordinária do dia de Abril de 2018, pelo que os seus membros abaixo o assinam.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário
